



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES**

DECISÃO MONOCRÁTICA

Apelação e Remessa necessária n.º 0002211-66.2013.815.2004 — 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital.

RELATOR :Dr. João Batista Barbosa, juiz convocado par substituir o Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides.

Apelante :Estado da Paraíba, representado por seu Procurador Felipe de Moraes Andrade.

Apelados :Beatriz Haeckel Gomes Interaminense e outros.

Advogado :Elenir Alves da Silva Rodrigues.

Remetente :Juízo da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital.

MANDADO DE SEGURANÇA — EXAME SUPLETIVO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO — EMANCIPAÇÃO — IMPOSSIBILIDADE — IDADE MÍNIMA DE 18 ANOS — LEI DE DIRETRIZES E BASES — AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO — TEORIA DO FATO CONSUMADO INAPLICÁVEL À HIPÓTESE — REFORMA DO *DECISUM* — PROVIMENTO DO APELO E DA REMESSA NECESSÁRIA.

— *"É inadmissível a subversão da teleologia do exame supletivo, o qual foi concebido com o escopo de contemplar aqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade própria ou, mesmo o tendo, não lograram concluir os estudos, não sendo por outra razão que o legislador estabeleceu 18 (dezoito) anos como idade mínima para ingresso no curso supletivo relativo ao ensino médio". (REsp 1262673/SE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2011, DJe 30/08/2011).*

Vistos, etc.,

Cuida-se de Remessa Oficial e Apelação Cível interposta pelo Estado da Paraíba em face da sentença de fls. 100/102, proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude, nos autos do Mandando de Segurança impetrado por Beatriz Haeckel Gomes Interaminense e outros em desfavor do Diretor do Colégio e Curso Preparatório Ltda. e Conselho de Educação do Estado da Paraíba.

Na sentença, o Juízo *a quo* **concedeu a ordem** postulada para o fim de compelir as autoridades impetradas a efetuar a inscrição dos impetrantes no processo supletivo realizado no dia 13 de outubro de 2013.

Inconformado, o Estado da Paraíba sustenta, em síntese, que as

etapas educacionais devem ser obedecidas, sendo ilegal a expedição de certificado de conclusão para menores de 18 anos completos. Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, para que seja denegada a ordem.

Sem contrarrazões (certidão de fl. 130).

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls. 131/133, opinou pelo **desprovimento da remessa oficial e da apelação**.

É o relatório.

Decido.

Quanto à matéria em debate, ressalte-se que a Lei de Diretrizes e Bases preceitua que os exames supletivos, cuja essência consiste em habilitar jovens e adultos no prosseguimento dos estudos, tem como pressuposto a idade mínima de 18 anos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, **que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.**

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, **que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.**

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Para efeito de incidência e aplicabilidade dos dispositivos acima ilustrados, o limite de idade para a prestação de exames, na forma da lei de Diretrizes e Bases, resulta de critérios específicos de ordem educacional e administrativa, sem qualquer correlação ou dependência com a plena capacidade para os atos da vida civil, resultante da emancipação.

O supletivo é, pois, uma oportunidade — prevista em lei — exatamente para os que atrasam a conclusão dessa etapa do ensino. Por tal razão o legislador fixou uma **idade mínima, 18 anos**, para que o candidato possa submeter-se ao certame. Assim não fora, estaria estabelecido um atalho para conclusão que poderia ferir o princípio da isonomia.

Nesse sentido, jurisprudência deste Tribunal:

MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. LIMINAR INDEFERIDA. EXAME SUPLETIVO. MENOR DE 18 ANOS DE IDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. PRECEDENTES DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DENEGACÃO DA SEGURANÇA. “É Inadmissível a subversão da teleologia do exame supletivo, o qual foi concebido com o escopo de contemplar aqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade própria ou, mesmo o tendo, não lograram concluir os estudos, não sendo por outra razão que o legislador estabeleceu 18 (dezoito) anos como idade mínima para ingresso no curso supletivo relativo ao ensino médio. ”. “lamentavelmente, a excepcional autorização legislativa, idealizada com o propósito de facilitar a inclusão educacional daqueles que não tiveram a oportunidade em tempo próprio, além de promover a cidadania, vem sendo desnaturada dia após dia por estudantes do ensino médio que visam a encurtar sua vida escolar de maneira ilegítima, burlando as diretrizes legais. ”. (TJPB; MS 999.2011.001.125-4/001; Segunda Seção Especializada Cível; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 16/08/2012; Pág. 6)

Registre-se, ademais, que não há que se falar em aplicação da Teoria do Fato Consumado na presente hipótese, uma vez que uma situação inicialmente ilegal ou irregular não pode se convalidar ou mesmo gerar direitos apenas em decorrência do decurso do tempo. *Mutatis mutandis*, esse é o entendimento firmado pelos Tribunais Superiores nos casos de concursos públicos. Senão vejamos:

Agravo regimental no recurso extraordinário. Administrativo. Concurso público. Anulação de questões de prova pelo Poder Judiciário. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. **Teoria do fato consumado. Inaplicabilidade.** Precedentes. 1. Pacífica a jurisprudência desta Corte de que o Poder Judiciário não pode se substituir à banca examinadora do concurso público para aferir a correção das questões de prova e a elas atribuir a devida pontuação, consoante previsão editalícia. 2. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas dos autos. Incidência da Súmula nº 279/STF. 3. **A jurisprudência deste Tribunal é no sentido da inaplicabilidade da teoria do fato consumado a casos nos quais se pleiteia a permanência em cargo público, cuja posse tenha ocorrido de forma precária, em razão de decisão judicial não definitiva.** 4. Agravo regimental não provido. (RE 405964 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 24/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 15-05-2012 PUBLIC 16-05-2012)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. REEXAME DE FATOS E PROVAS E CLAUSÚLAS DO EDITAL. **TEORIA DO FATO CONSUMADO. INAPLICABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.** 1. A análise do recurso extraordinário depende da interpretação do teor do edital do concurso público e do reexame dos fatos e das provas da causa. 2. **A participação em curso da Academia de Polícia Militar assegurada por força de antecipação de tutela, não é apta a caracterizar o direito líquido e certo à nomeação.** 3. Esta Corte já rejeitou a chamada "teoria do fato consumado". Precedentes : RE 120.893-AgR/SP e AI 586.800-ED/DF, dentre outros. 4. Agravo regimental improvido. (RE 476783 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 28/10/2008, DJe-222 DIVULG 20-11-2008 PUBLIC 21-11-2008 EMENT VOL-02342-07 PP-01284)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. **CURSO DE FORMAÇÃO. LIMINAR. TEORIA DO**

FATO CONSUMADO. INAPLICABILIDADE.

1. Hipótese em que a Corte de origem assentou nos autos a compreensão de que não houve preterição de candidato, em razão deste não ter se classificado dentro do número de vagas.
2. O candidato aprovado em Curso de Formação, por força de liminar, não possui direito líquido e certo à nomeação e à posse, mas à reserva da respectiva vaga até que ocorra o trânsito em julgado da decisão que o beneficiou. Precedentes.
3. **Não há situação fática consolidada a ser preservada pela conclusão do curso de formação, com base em decisão de caráter precário, sobretudo se já expirado o prazo de validade do certame.** Precedente.
4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1137920/CE, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2013, DJe 14/06/2013)

Assim, à vista das considerações acima ilustradas, **DOU PROVIMENTO ao apelo e à remessa oficial**, para, nos termos do art. 557, §1-A, do CPC, reformar a sentença recorrida e, em consequência, denegar a segurança pretendida.

Importa alertar às partes que o manejo, indevido, de agravo interno poderá ensejar a aplicação da regra esculpida no art. 557, § 2º do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intime-se.

João Pessoa, 25 de fevereiro de 2015.

João Batista Barbosa
Juiz convocado